



ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

OS REPRESENTANTES ADUANEIROS
PORTUGUESES

BOLETIM N.º 19 | 2017



E N C O N T R O

**As PME são
uma referência
para o país.
E há um banco
que é a referência
para as PME.**

As PME são o motor do tecido empresarial português e sabem que podem contar com o NOVO BANCO para as apoiar. Se ambiciona alcançar resultados no futuro, fale com o banco de referência das empresas portuguesas e conheça a oferta especializada e a equipa de gestores dedicados, que irão ajudá-lo a levar o seu negócio mais longe.



Tesouraria



Apoio ao
Investimento



Seguros



Oferta
Especializada



Soluções de
Recursos Humanos

**Criar valor para as empresas.
Esta é a nossa marca.**

NOVO BANCO¹
EMPRESAS

EDITORIAL



FERNANDO CARMO
BASTONÁRIO ODO

Tradicionalmente nesta época natalícia e de final de ano, sempre surge o nosso Boletim que marca o fim de mais um período de atividade, delimitado pelo denominado ano fiscal.

Fiscal, palavra mágica que continua a interferir nas nossas vidas, limitando-as, comprimindo-as, torturando-as, retirando-lhes bem-estar e qualidade de vida, sem que se vejam as contrapartidas que justificam (?) a existência de impostos, taxas, derramas, contribuições, etc., etc., etc..

Mas que palavra que eu disse e para que linha de raciocínio me levou! Não era nada disto que eu queria.

Pois é, mas há palavras que nos trazem permanentes conotações impossíveis de contornar. Fiscal lembra também AT, ou seja, Autoridade Tributária e Aduaneira.

Então agora é que vamos por maus caminhos! AT é, na prática, a entidade com quem lidamos todos os dias no exercício da nossa atividade profissional.

E se é certo que no desempenho de funções mutuamente nos entendemos, apesar da normal divergência técnica-aduaneira, é verdade que muito nos esforçamos para colmatar muitas, muitas deficiências formais, processuais e procedimentais. Ou seja, muito do nosso esforço, humano, técnico e financeiro tem em vista suprir rotinas e exigências absolutamente dispensáveis que os anunciados sistemas automáticos e informáticos deveriam evitar, melhor dito, eliminar.

No entanto, ainda se pergunta, muitas vezes, o que fazem os Despachantes Oficiais e os seus colaboradores nos corredores das instalações das alfândegas. A resposta já foi dada acima: suprem insuficiências dos sistemas, quer quando exigem apresentações documentais absolutamente dispensáveis, quer quando estão em “contingência” (na exportação estão neste estado desde a sua implementação), quer quando leviana e ilegalmente “rejeitam” declarações que deveriam apenas ser “não aceites”, esperando-se a clarificação de quem declara e que quase sempre tem razão no que declarou, etc..

Sem falsa modéstia, se não existissem os Despachantes Oficiais com esta atitude construtiva e cooperativa, a bem do mercado e da economia, já se teria instalado o caos e os media teriam muito para contar ao país em termos de mau funcionamento, falta de resposta, perdas de embarque, demoras inacreditáveis no levantamento de mercadorias, custos inaceitáveis, etc..

Mas lá estou outra vez a seguir o caminho que não queria...

Peço-lhes que me perdoem, mas há muito desconforto e revolta em nós, Despachantes Oficiais, o que fomenta o desabafo de que se necessita para viver e conviver melhor.

E, para além de tudo o mais, que é muito, há ainda a ilegalidade em que vivemos! A própria administração pública põe em causa as leis que produz por razões interpretativas, com as quais obviamente discordamos.

O Estado não pode fomentar AMBIGUIDADES, tem antes de as evitar, seja qual for o caminho a seguir, doa a quem doer!

Bom, mas tenho mesmo de fazer um esforço para mudar o rumo deste editorial.

Mais um ano se conclui, difícil, penoso, trágico para o país, instável a nível nacional e internacional.

De bom, houve também algo que merece destaque, tal como a diminuição do desemprego, a melhoria da nossa condição económica, algum otimismo e confiança que se sente em todos nós e principalmente a esperança de que as melhorias sejam sustentáveis e relancem o país para um desenvolvimento que a todos proporcione a qualidade de vida digna que todos merecemos.


Um feliz Natal, com Saúde e Paz para todos e que no Novo Ano de 2018 se concretizem todos os desejos e projetos individuais e coletivos de que carecemos.



ÍNDICE

3	● EDITORIAL Dr. Fernando Carmo
5	● ATIVIDADE NACIONAL <ul style="list-style-type: none">- Assembleia Representativa- Encontro Informal de Despachantes Oficiais- Estágio profissional de acesso a Despachante Oficial - 2016/2017- Formação profissional dos Despachantes Oficiais e seus Funcionários- Conselho Nacional das Ordens Profissionais- Comunidades Portuárias- Breves
11	● OPINIÃO Sérgio Brigas Afonso Direitos Anti-dumping na importação de aço na UE
15	● ENCONTRO INFORMAL DE DESPACHANTES OFICIAIS
23	● ATIVIDADE INTERNACIONAL
24	● ALFÂNDEGAS / CLECAT Código Aduaneiro da União - Atualidade
27	● OPINIÃO Joana Rocha Ribeiro A União Europeia e o Comércio Internacional O Acordo de Parceria Económica UE-Japão
36	● ASSOCIADOS
41	● REFLETINDO Dr. Fernando Carmo
42	● A FECHAR Agradecimentos

CONTACTOS


213 931 320
Fax 213 931 329


geral.lisboa@odo.pt


www.odo.pt


Rua D. Luís I, 5, 5.º
1249-286 LISBOA

ATIVIDADE NACIONAL

A S S E M B L E I A R E P R E S E N T A T I V A

Durante o corrente ano reuniu a Assembleia Representativa dos Despachantes Oficiais, nas datas e com a Ordem de Trabalhos que a seguir se referem:

17.04.2017

Discussão e votação das Contas do Exercício de 2016, do Relatório de Atividades e do Relatório do Conselho Fiscal.

10.07.2017

Discussão e aprovação de uma proposta de rentabilização do Edifício pertencente à Ordem dos Despachantes Oficiais, sito na Rua Instituto Virgílio Machado, em Lisboa, e respetivas condições.

13.11.2017

Discussão e Aprovação da Tabela de Taxas, Quotas, Vinhetas e demais Serviços prestados pela Ordem dos Despachantes Oficiais.

Discussão e votação da alteração do Artigo 24.º do Regulamento de Inscrição da Ordem dos Despachantes Oficiais, o qual passa a ter a seguinte redação, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018:
O montante mensal da quota a pagar por cada Membro é de 36,00€.

Discussão e votação da proposta do Conselho Diretivo,

a entrar em vigor em 1 de janeiro de 2018, no sentido de cessar a comparticipação da Ordem dos Despachantes Oficiais no pagamento dos prémios dos Seguros de Saúde, Vida e Acidentes Pessoais, os quais devem ser pagos integralmente pelos respetivos beneficiários, sem prejuízo de situações extremas que serão analisadas e também sem prejuízo da melhoria das condições financeiras da Ordem dos Despachantes Oficiais que justifiquem qualquer alteração.

Discussão e votação da Alteração dos Artigos 2.º e n.º 2 do Artigo 3.º do Regulamento dos Direitos e Benefícios dos Despachantes Oficiais, os quais passarão a ter a seguinte redação:

Artigo 2.º - Além dos direitos consignados nos Estatutos, os Despachantes Oficiais vêm usufruindo de vários benefícios que a ODO lhes concede e presta, designadamente a caução profissional, o envio de circulares técnico informativas e de legislação e consultadoria.

Artigo 3.º n.º 2 - O Despachante Oficial reformado sem atividade, poderá beneficiar do Seguro de Grupo (Saúde e Vida) e de Acidentes Pessoais, desde que pague atempada e integralmente, o respetivo prémio.

13.11.2017

Discussão e votação do Orçamento para 2018, do Plano de Atividades e do Parecer do Conselho Fiscal.

ESTÁGIO PROFISSIONAL DE ACESSO A DESPACHANTE OFICIAL - 2016 / 2017

Com a colaboração protocolada com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, a Ordem dos Despachantes Oficiais organizou o Estágio Profissional de Acesso a Despachante Oficial, nos termos do Aviso nº 10774/2016, publicado no Diário da República, 2.ª Série n.º 166 de 30 de agosto de 2016, com a valência académica de Pós-graduação em Comércio Internacional e Representação Aduaneira.

Decorrido o Estágio, foram aprovados na Prova de Avaliação Final, os seguintes Candidatos:

Angel Adilson da Silva Gutiérrez

António José Lima Pereira

António Maria da Fonseca Côrte-Real Souto Neves

Bruno Filipe Vieira da Silveira

Cláudia Sofia Silva Nória

Diogo Filipe de Melo Cardoso

Joana Manuel Crista da Rocha Ribeiro

João António Gomes Morgado Macedo

João Pedro Lobo da Silva

Lourenço Manuel Vieira Dias

Luís Nuno de Almeida e Castro

Pedro Borges Louro Esperança

Rita Sofia dos Santos Freitas

Rosa Maria Giesteira de Sá

PUB



NUNO BRAAMCAMP
DESPACHANTE OFICIAL
NA ALFÂNDEGA

Despachante Oficial na Alfândega - Sociedade Unipessoal Lda

Avenida 24 de Julho 52, 2.ºDtº
1200-868 LISBOA

tel: **21 392 02 40**
fax: **21 390 77 58**
E-mail: **braamcamp@braamcamp-desp.pt**

Delegação do Aeroporto de Lisboa

Aeroporto de Lisboa
Terminal Carga - Edifício 134 - piso 1
Gab. 1235
1750-364 LISBOA

Delegação de Alverca

Alverca - Estrada Nacional 10 Km 127
Edifício Patinter, 2º - Gab. 4
2615 ALVERCA DO RIBATEJO

AEO

apcer
EMPRESA CERTIFICADA
ISO 9001

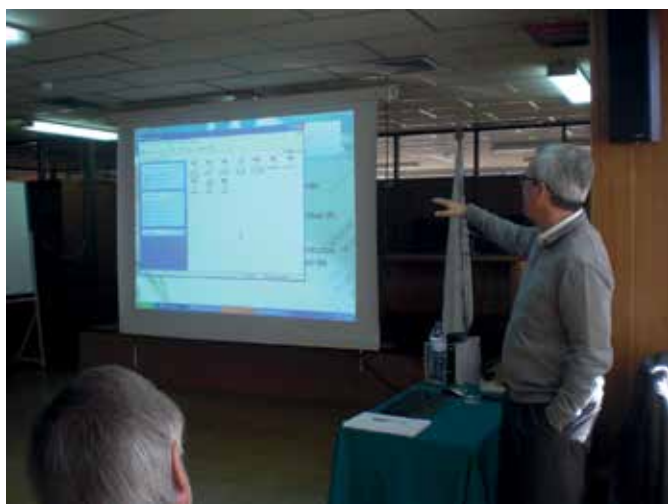
ATIVIDADE NACIONAL

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS DESPACHANTES OFICIAIS E SEUS FUNCIONÁRIOS



Como habitualmente, organizou a ODO um Curso de Formação Profissional para os Despachantes Oficiais e seus Funcionários, que decorreu de 16.10 a 18.12.2017 e que abrangeu as seguintes matérias:

- Principais alterações introduzidas pelo Novo CAU (incluindo AEO)
- Direito de Representação
- Valor Aduaneiro: conceitos e regras
- Regimes Aduaneiros e Garantias
- Impostos Especiais de Consumo - IEC'S
- TIC's - Tecnologias de Informação na Área Aduaneira
- Certificação de Origem
- Contrato e Documentos de Transporte Marítimo
- Gestão e Contabilidade



ATIVIDADE NACIONAL

CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS

No decurso das várias reuniões de trabalho do CNOP, em que a ODO é representada pela sua Diretora Executiva, foram no essencial tratados os seguintes temas:

- Melhoramento das qualificações profissionais.
- Necessidade de um aprofundamento formativo contínuo, para os Associados das Ordens Profissionais.
- Elaboração de um Código Deontológico mais rigoroso.

COMUNIDADES PORTUÁRIAS



Continua a ODO a participar regularmente nas várias reuniões das Comunidades Portuárias.

A nova Orientação recentemente anunciada para as Administrações dos Portos pode vir a provocar uma alteração no paradigma atual, que, aliás, não tem merecido o consenso dos intervenientes, considerando a divergência de interesses.

BREVES

- Durante o corrente ano, o que demonstra o reconhecimento da Ordem dos Despachantes Oficiais, foram recebidos cerca de cinquenta convites de Associações Profissionais, Estabelecimentos de Ensino Superior e outras Organizações, para participar em várias realizações por estas promovidas. Agradecendo os convites, a ODO fez-se representar em tais realizações pelos Membros do seu Conselho Diretivo, disponíveis em conformidade com os respetivos agendamentos.

- Foram diariamente difundidas Circulares Informativas da Legislação Nacional e Comunitária.

- Até à data de encerramento deste Boletim, foram recebidos pelos Serviços 728 Ofícios, Pedidos de Informações e de Pareceres e expedidos 695 Ofícios.

OPINIÃO

SÉRGIO BRIGAS AFONSOⁱ



DIREITOS ANTI-DUMPING NA IMPORTAÇÃO DE AÇO NA UE

Numa sociedade dominada, cada vez mais, pelo comércio eletrónico de bens e serviços e num mercado com mais de 500 milhões de consumidoresⁱⁱ esquecemo-nos, por vezes, que a União Europeia assenta numa União Aduaneira que, por um lado, protege as indústrias da União de práticas concorrenciais que não sejam consentâneas com as regras de uma economia de mercado, mas que também assegura

a proteção da saúde pública, bem como a segurança das pessoas e bens.

O principal instrumento da União Aduaneira Comunitária materializou-se na adoção de uma pauta aduaneira comum, bem como na aprovação de instrumentos de direito comunitário, entre os quais se destaca, pela sua relevância, o Código Aduaneiro da União, aprovado pelo

PUB



ILDA MONTEIRO
Despachante Oficial

www.ildamonteiro.pt
Rua de Xabregas nº 2, Piso 2 - Sala 14 - 1900-440 Lisboa
Tel.: 218 623 836/7 - 218 680 311/12/13 | Fax: 218 623 838 | Tlm.: 919 662 961
gerencia@ildamonteiro.pt | geral@ildamonteiro.pt | financeira@ildamonteiro.pt



ADRIANO GOMES PINHAL
DESPACHANTE OFICIAL

Avenida Mário Brito, n.º 3427 - 1.ºE
4455-495 Matosinhos

Tel. +351 229 998 800
Fax +351 229 998 806 www.agp.com.pt
Tlm. +351 933 351 531 adelinop@agp.com.pt



ALFREDO B. FONSECA
DESPACHANTE OFICIAL, LDA

ALFREDO BARBOSA DA FONSECA - AEO - PTAEOC20110031909
PEDRO ANTONIO MONTEIRO DA FONSECA - AEO - PTAEOC20140003909



Rua de Pedras Rubras, 123 - 4470-639 - Moreira Mai - Portugal
Telf. 351 22 9419405/6 Fax. 351 22 9428901 E-mail: geral@abfdesp.mail.pt
Registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto N.º 39.991
Contribuinte - N.º 501 518 134
Estatuto de PME Líder 2012

OPINIÃO

Regulamento (UE) n.º 952/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de outubro de 2013ⁱⁱⁱ. O que significa que o direito aduaneiro comunitário é uniforme e obrigatório para todos os Estados Membros, não existindo, nesta matéria, qualquer margem de autonomia para os Estados Membros^{iv}. Importa também ter presente que, no plano internacional, tem-se assistido a um desagravamento acentuado dos direitos aduaneiros e à eliminação de barreiras comerciais, o que, por um lado, estimula as trocas comerciais no plano internacional, com o consequente crescimento da economia mundial e do bem-estar dos povos, mas, por outro, coloca novos desafios aos estados em matéria de regulação do comércio internacional, por forma a evitar que as virtudes de uma economia globalizada não sejam subvertidas por práticas comerciais violadoras das regras de mercado. Foi, pois, neste contexto que a regulação das trocas comerciais no plano internacional assumiu especial relevância, preocupação essa que se materializou em acordos internacionais celebrados no âmbito do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). Este Acordo, assinado em 1947, em Genebra, por 23 Partes Contratantes, embora tenha, inicialmente, sido concebido como um acordo de natureza provisória^v, até à ratificação dos Estatutos da Organização Internacional de Comércio (OIC), uma vez que não era uma verdadeira organização internacional, assumiu-se, na prática, e até à conclusão do processo negocial, como o principal instrumento de coordenação em matéria de comércio internacional até

... NO PLANO
INTERNACIONAL, A
PREOCUPAÇÃO COM
A DEFESA CONTRA
PRÁTICAS COMERCIAIS
DESLEAIS REMONTA AO
GATT SENDO QUE, NO
PLANO COMUNITÁRIO,
A BASE LEGAL PARA A
FIXAÇÃO DE DIREITOS
ANTI-DUMPING ESTAVA
PREVISTA NO ARTIGO
113.º DO TRATADO DE
ROMA QUE, EM 1957,
INSTITUIU A ENTÃO
COMUNIDADE ECONÓMICA
EUROPEIA (CEE).

à criação da Organização Mundial de Comércio em 1 de janeiro de 1995^{vi}. A preocupação de multilateralização do comércio internacional, onipresente no GATT, assentava no princípio da não discriminação no plano das relações internacionais, preocupação que tinha como principal vértice o regime da cláusula da nação mais favorecida, prevista no artigo 1.º no qual se estabelecia que “qualquer vantagem, favor, privilégio ou imunidade concedida por uma parte contratante a um produto originário de outro país ou a ele destinado, será imediata e incondicionalmente extensiva a todos os produtos similares originários de qualquer outra parte contratante.”, bem como a cláusula III, relativa ao tratamento nacional e o princípio da reciprocidade. A principal restrição à liberalização do comércio internacional assentava no “princípio da exclusiva proteção aduaneira”, o qual se traduzia no facto de, no âmbito do GATT, apenas ser admissível a imposição de restrições ao livre comércio decorrentes da imposição de direitos aduaneiros. Neste contexto, importa assinalar que o primeiro Código Anti-Dumping foi aprovado em resultado do designado “Kennedy Round”, que decorreu entre 1964 e 1967, o qual seria revisto, mais tarde, no âmbito do “Tokyo Round”, que teve lugar entre 1973 e 1979.

No âmbito do GATT, o artigo VI, alusivo ao Direito anti-dumping e direitos compensadores, define dumping como a “introdução dos produtos de um país no mercado do outro país a um preço inferior ao seu preço normal”, sendo este condenável se causar ou ameaçar causar um prejuízo importante a uma produção organizada de uma parte

contratante ou se retardar de forma sensível a criação de uma produção nacional. Com vista a neutralizar os efeitos nefastos do dumping, o n.º 2 do referido artigo VI do GATT autoriza que qualquer parte contratante possa cobrar sobre qualquer produto objeto de dumping um direito anti-dumping, o qual não poderá exceder a margem de dumping determinada nos termos daquele artigo. Por seu turno, o Acordo Anti-Dumping (Acordo sobre a Aplicação do artigo VI do GATT de 1994) estabelece no seu artigo 2.º que deve considerar-se que um produto está a ser objeto de dumping quando for introduzido no mercado de outro país a um preço inferior ao seu valor normal, ou seja, se o preço de exportação do produto exportado de um país para o outro for inferior ao preço comparável do produto similar destinado ao consumo no país de exportação no decurso de operações comerciais normais. Este acordo esclarece, ainda, que por “prejuízo” deverá entender-se um prejuízo importante causado a um ramo de produção nacional, uma ameaça de prejuízo importante para um ramo de produção nacional ou um atraso importante na criação de um ramo de produção nacional. No termo do processo de determinação da existência de dumping, determina o artigo 9.º do referido Acordo que compete às autoridades do Estado Membro importador, verificadas as condições para o efeito, a decisão de instituir ou não um direito anti-dumping, bem como a decisão de fixação do montante do direito anti-dumping a um nível equivalente ou inferior à margem de dumping total. Verifica-se, pois, que, no plano

internacional, a preocupação com a defesa contra práticas comerciais desleais remonta ao GATT sendo que, no plano comunitário, a base legal para a fixação de direitos anti-dumping estava prevista no artigo 113.º do Tratado de Roma que, em 1957, instituiu a então Comunidade Económica Europeia (CEE). No plano comunitário, os direitos anti-dumping e os direitos de compensação são instituídos em resultado de um inquérito instaurado na sequência de uma denúncia por parte de uma indústria comunitária, o qual é conduzido pela Comissão Europeia^{vii}. Este processo é desencadeado através de uma denúncia por parte dos produtores comunitários, os quais deverão representar, pelo menos, 25% da produção do produto similar^{viii}. Se a denúncia for considerada fundada, no prazo de 45 dias procede-se à abertura de inquérito, através de um aviso de início de inquérito, o qual deverá ser publicado no Jornal Oficial da União Europeia. Durante o inquérito deverá apurar-se se estão reunidos todos os pressupostos para aprovação de um regulamento anti-dumping, nomeadamente, a existência de práticas de dumping^{ix}; se a prática de dumping causa prejuízo para a indústria comunitária e, por último, se o dumping prejudica o interesse da Comunidade, o qual é determinado em resultado da conjugação dos vários interesses em causa, nomeadamente, da indústria comunitária, dos utilizadores e consumidores. O Regulamento base anti-dumping prevê, ainda, a possibilidade de aplicação de direitos provisórios, os quais apenas poderão ser aplicados 60 dias a contar da data

PUB



José Fernando Domingues
josedomingues@mail.telepac.pt

DESPACHANTE OFICIAL
CUSTOMS BROKER

Quinta do Simão (à Est. Nac. 109)
Variante - Aveiro - Apartador 746
Esgueira - 3801-801 AVEIRO
Tel. +351 234 300 880
Tm. +351 935 968 716



OPINIÃO

NO PLANO COMUNITÁRIO, OS DIREITOS ANTI-DUMPING E OS DIREITOS DE COMPENSAÇÃO SÃO INSTITUÍDOS EM RESULTADO DE UM INQUÉRITO INSTAURADO NA SEQUÊNCIA DE UMA DENÚNCIA POR PARTE (...) DOS PRODUTORES COMUNITÁRIOS, OS QUAIS DEVERÃO REPRESENTAR, PELO MENOS, 25% DA PRODUÇÃO DO PRODUTO SIMILAR.

do início do processo e não poderão ser aplicados 9 meses após essa data^x. Após o decurso do processo de inquérito, compete à Comissão encerrar o inquérito sem a criação de direitos definitivos, o que poderá resultar do facto de a queixa ter sido

retirada, quando se concluir que não há necessidade de medidas de defesa ou tenha sido apurada a existência de dumping, mas a sua margem seja inferior a 2%. Se, em resultado das diligências encetadas no decurso do processo de inquérito for apurada a existência de dumping que justifique a aplicação de um direito anti-dumping, deverá ser instituído um direito anti-dumping definitivo pelo Conselho, aprovado por maioria simples e sob proposta da Comissão após consulta do Comité Consultivo^{xi}. O montante do direito anti-dumping definitivo não excederá a margem de dumping estabelecida, devendo, contudo, exceder a margem de dumping caso um direito inferior seja insuficiente para eliminar o prejuízo para a indústria comunitária.

Foi, pois, no contexto do tema abordado, ainda que de forma abreviada, no presente artigo que, no passado dia 6 de outubro, foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia o Regulamento de Execução (EU) 2017/1795, o qual instituiu um direito anti-dumping definitivo sobre a importação de determinados produtos planos laminados a quente, de ferro, de aço não ligado ou de outras ligas de aço, originários do Brasil, do Irão, da Rússia e da Ucrânia e que encerra o inquérito sobre as importações de determinados produtos planos

laminados a quente, de ferro, de aço não ligado ou de outras ligas de aço, originários da Sérvia.

Esta decisão é o culminar de um processo de inquérito anti-dumping, iniciado em 7 de julho de 2017, pela Comissão Europeia relativamente às importações, na União Europeia, de determinados produtos planos laminados a quente, de ferro, de aço não ligado ou de outras ligas de aço, originários do Brasil, do Irão, da Rússia, da Sérvia e da Ucrânia (“países em causa”) com base no artigo 5.º do Regulamento (EU) 2016/1036, do Parlamento Europeu e do Conselho (“Regulamento de Base”).

O processo de inquérito teve origem numa denúncia apresentada, em 23 de maio de 2016, pela European Steel Association (“Eurofer”), em nome dos produtores da União Europeia de determinados produtos planos laminados a quente, de ferro, de aço não ligado ou de outras ligas de aço. As taxas definitivas de dumping variam consoante o país de importação e o produtor. No caso das importações do Brasil as taxas variam entre €53,4/tonelada (t) e €63/t. As importações de aço do Irão ficaram sujeitas à taxa de €57/t, nas importações da Rússia a taxa varia entre €17,6 e €96/t, enquanto que no caso das importações da Ucrânia a taxa é de €60,5.

ⁱ Advogado na CMS Rui Pena & Arnaut.

ⁱⁱ Dados fornecido pela https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living_pt

ⁱⁱⁱ O Código Aduaneiro da União veio revogar o Código Aduaneiro Comunitário aprovado pelo Regulamento (CEE) n.º 2913/92 do Conselho de 12 de outubro de 1992

^{iv} Afonso, António Brigas, Noções Gerais de Direito Aduaneiro, Revista de Ciência e Técnica Fiscal, n.º 422, sublinha, a este propósito, que o Direito Aduaneiro representa o expoente máximo em matéria de harmonização tributária no seio da União Europeia.

^v Sobre esta matéria cfr. Santos, Luís Máximo dos; Morais, Luís; Ricardo, Fernando Pereira, Textos de Relações Internacionais, Associação Académica da Faculdade de Direito da Faculdade de Direito, 2.ª Edição, 1999/2000.

^{vi} Através do Acordo de Marraquexe, assinado 15 de abril de 1994, cuja ata final consagra os resultados das negociações do “Uruguay Round”.

^{vii} O inquérito conduzido pelos serviços da Comissão tem por base, relativamente aos direitos anti-dumping o Regulamento (CE) n.º 384/96 do Conselho, de 22 de dezembro de 1995 (Regulamento base do anti-dumping) e relativamente aos direitos de compensação o Regulamento n.º 2026/97 do Conselho de 6 de outubro de 1997 (Regulamento base anti-subsvenções).

^{viii} Cfr. artigo 5.º, n.º 4 do Regulamento base do anti-dumping.

^{ix} Cfr. artigo 9.º do Regulamento base anti-dumping.

^x Cfr. artigo 7.º do Regulamento base anti-dumping.

^{xi} Cfr. artigo 9.º, n.º 4 do Regulamento base anti-dumping.

EVENTO

ENCONTRO INFORMAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

UMA INICIATIVA DO CONSELHO DIRETIVO
DA ORDEM DOS DESPACHANTES
OFICIAIS E DO PRESIDENTE DA MESA DA
ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA, COM O
OBJETIVO DE OUVIR A CLASSE, NUMA
FASE EM QUE SE DEVEM DEFINIR OS
PRINCÍPIOS ESSENCIAIS PARA A ORDEM
E PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE
TODOS OS ASSOCIADOS

EVENTO

ENCONTRO INFORMAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Realizou-se no dia 30 de setembro de 2017, no Hotel Pombalense, em Pombal, o Encontro Informal de Despachantes Oficiais. Tratou-se de uma iniciativa do Conselho Diretivo da Ordem dos Despachantes Oficiais e do Presidente da Mesa da Assembleia Representativa, com o objetivo de ouvir a Classe, numa fase em que se devem definir os princípios essenciais para a Ordem e para o exercício da atividade de todos os seus Associados. Para além da ausência definitiva de uma regulamentação da atividade dos Despachantes Oficiais, importa perspetivar linhas de futuro, considerando a evolução de conceitos e de regulamentações com que diariamente todos são confrontados. Com uma presença de Despachantes Oficiais que esgotou por completo o espaço disponível, os trabalhos foram orientados por uma mesa constituída pelos Presidente, Vice-Presidente e Secretário da Mesa Representativa da ODO e pelo Bastonário.

Iniciou os trabalhos o Presidente da Mesa Representativa, que cumprimentou todos os presentes, evidenciando a circunstância de nunca ter assistido a nenhuma reunião com tão elevado número de participantes. Lembrou que o Encontro era de natureza informal e que, apesar de avançados dois temas para reflexão - Reestruturação da Ordem dos Despachantes Oficiais e a Atividade dos mesmos -, os Colegas eram livres para apresentarem os assuntos que entendessem por convenientes para reflexão de todos. Seguidamente, interveio o Bastonário que fez uma detalhada explanação sobre a atividade do Despachante Oficial, desde o seu início até ao momento presente. Igualmente discorreu sobre a sua evolução a nível Comunitário desde o Reg. (UE) 3632 de 12.12.1985 e as várias diligências efetuadas em oposição a uma Comissão Europeia que sempre tentou, pura e simplesmente, acabar com a existência dos Despachantes

Oficiais dos países do Sul da Europa, propósito nunca conseguido, como aliás resulta da consagração expressa no atual Código Aduaneiro da União da figura do Representante Aduaneiro, o que acontece pela primeira vez. Lembrou ainda o que consta do artigo 18 do referido Código, onde se estabelece a competência dos Estados Membros para definirem a qualidade e as condições do exercício de tais representantes. No seu entender, tal definição foi já efetuada com a publicação do diploma que transforma a Câmara dos Despachantes Oficiais em Ordem dos Despachantes Oficiais e aprova os seus Estatutos. Apesar de publicado e entrado em vigor em 2015, tal diploma continua a não ser aplicado, ao que se supõe por oposição da Autoridade Tributária Aduaneira, por motivos que não se quer aprofundar. Com a publicação dos Estatutos da Ordem, aprovados pela Assembleia da República, e com a entrada em vigor do Código Aduaneiro

APESAR DE PUBLICADO E
ENTRADO EM VIGOR EM
2015 [O DIPLOMA QUE
TRANSFORMA A CÂMARA
DOS DESPACHANTES
OFICIAIS EM ORDEM DOS
DESPACHANTES OFICIAIS
E APROVA OS SEUS
ESTATUTOS] CONTINUA
A NÃO SER APLICADO,
AO QUE SE SUPÕE
POR OPOSIÇÃO DA
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA
ADUANEIRA

Comunitário, assiste-se ao exercício, em simultâneo, de uma mesma atividade, quer pelos Despachantes Oficiais, quer pelos denominados Representantes Indiretos. Só que, enquanto os Despachantes Oficiais, como profissão regulamentada, estão sujeitos às obrigações que decorrem do Estatuto de Associação Pública da ODO, que lhe foi atribuído considerando o interesse público da atividade que os seus Associados perseguem, designadamente as exigentes condições de admissão (basta pensar no alto nível do Estágio e consequente aprovação na prova de avaliação final, nas regras de deontologia e na fiscalização da sua atividade), os Representantes Indiretos atuam sem regras de qualquer espécie e sem qualificação. Temos, assim, a mesma atividade de Representante Aduaneiro a ser exercida por entidades diferentes e com regras absolutamente diferentes. Encontramo-nos, assim, em linha de rutura com as regras e

os pressupostos estabelecidos pela Autoridade da Concorrência, quer a nível interno, quer no âmbito do Estudo Europeu sobre o denominado Teste de Proporcionalidade que visa avaliar as regras de acesso às profissões regulamentadas, bem como as condições do seu exercício. Trata-se, em conclusão, de uma situação inadmissível e intolerável, disse. Tudo isto foi posto pela ODO à consideração do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Rocha Andrade, com quem se realizaram várias reuniões, e que, sensível à questão, sempre com uma perceptível oposição da AT, formulou uma proposta para dirimir a situação, a qual a Ordem não aceitou, uma vez que não abdicou do princípio de que, para atividades iguais, as regras têm de ser iguais. Após a demissão do Dr. Rocha Andrade, o Bastonário foi contactado telefonicamente pelo novo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr.

António Mendonça, que o informou de que pretendia resolver a questão imediatamente após a sua posse, convidando-o para uma reunião, a realizar após um pequeno período de férias. A reunião realizou-se logo de seguida, tendo sido constatado que o novo SEAF se tinha preocupado em estudar a questão, tendo sido acordado, depois de longa troca de impressões, que os Estatutos da Ordem seriam submetidos a parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, podendo a ODO intervir na redação do respetivo pedido, suprimindo eventuais omissões. Concluiu o Bastonário, deixando claro que não está disponível para aceitar que se mantenha esta diferenciação de regimes, entendendo que se assim não for entendido, deveria a Ordem solicitar a eliminação do seu estatuto de Associação Pública e, como Associação Privada, permitir que os seus associados atuem em absoluta igualdade de circunstâncias com todos

EVENTO





COM UMA PRESENÇA DE
DESPACHANTES OFICIAIS QUE
ESGOTOU POR COMPLETO O ESPAÇO
DISPONÍVEL, OS TRABALHOS FORAM
ORIENTADOS POR UMA MESA
CONSTITUÍDA PELOS PRESIDENTE,
VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO DA
MESA REPRESENTATIVA DA ODO E PELO
BASTONÁRIO.

EVENTO

...PRESSÃO CONSTANTE
PERANTE A TUTELA E OS
GRUPOS PARLAMENTARES
QUE APROVARAM A
LEI 112/2015 E OS
ESTATUTOS DA ORDEM,
QUE NO SEU ARTIGO 1.º
REFERE QUE A ATIVIDADE
DE DESPACHANTE
OFICIAL INCLUI A
DE REPRESENTANTE
ADUANEIRO

os demais operadores do setor. Reconheceu a existência de uma certa frieza nas relações entre as Alfândegas e a ODO, considerando que aquelas têm passado a atuar essencialmente como Secções de Finanças.

Importa rever o atual regime das salas dos despachantes oficiais e evitar situações que possam ser consideradas como paternalismos. Seguiram-se várias intervenções, no sentido do apoio à comunicação do Bastonário.

O Colega Mário Jorge apresentou uma comunicação, resultante da opinião de vários Colegas, que, considerando que “seja qual for o desfecho, a Ordem tem de se adaptar aos tempos que correm e assegurar que tenha futuro”, sugerindo vários procedimentos, designadamente uma pressão constante perante a Tutela e os Grupos Parlamentares que aprovaram a Lei 112/2015 e os Estatutos da Ordem, que no seu artigo 1.º refere que a atividade de Despachante Oficial inclui a de Representante Aduaneiro, e apontando várias situações e propostas, algumas que acabaram por

ser tratadas no decorrer dos trabalhos e ainda que, em resumo, admite a inclusão na ODO dos Representantes Aduaneiros com atividade anterior a 2002, sugerindo ainda a intensificação da formação - que poderia passar pela criação de uma Academia Aduaneira, a edição de textos relativos à profissão, a criação de um gabinete técnico na vertente aduaneira, suscitar uma participação e informação mais abrangente aos DO, e a revisão do seguro de saúde.

Em relação a este último tema, o Bastonário, com o auxílio da projeção de vários diapositivos, exemplificou os encargos para alguns Despachantes Oficiais e sociedades com as vinhetas que lhes são atualmente cobradas e que põem seriamente em causa a sua sustentabilidade financeira. É um erro defender-se que os que mais pagam é porque têm mais serviço, esquecendo-se que se têm mais serviço têm mais empregados a quem têm de pagar e que os honorários que cobram, por força da concorrência, são semelhantes aos dos que têm menos serviço, menos empregados e menos

encargos, sustentou.

Nesse sentido, importa desde já preparar a organização da Ordem para tal situação, reconhecendo-se embora que as vinhetas são a sua principal receita. Aliás, a Ordem vem já procurando organizar-se de forma a confrontar-se com tal realidade. No sentido, porém, de uma adaptação gradual, entende-se que o valor das vinhetas deve passar a 1 (um) euro para a Importação e a 0,50 euros (cinquenta cêntimos) para a Exportação. Obviamente que tal redução substancial de receitas implicará igual corte nas despesas, sob pena da falta de sustentabilidade financeira da Ordem. E a este respeito entende o Bastonário que, em consequência e pelo menos provisoriamente, tem de ser eliminada a comparticipação da Ordem no pagamento dos prémios dos Seguros de Grupo (Vida, Saúde e Acidentes Pessoais), sem prejuízo de quaisquer situações de exceção que devam ser analisadas casuisticamente. Os Despachantes Oficiais não ficarão prejudicados pelo facto de terem de

OS DESPACHANTES
OFICIAIS NÃO FICARÃO
PREJUDICADOS PELO
FACTO DE TEREM DE
PAGAR INTEGRALMENTE
OS RESPECTIVOS PRÉMIOS
[DOS SEGUROS], NÃO
SÓ PORQUE OS MESMOS
SÃO INFERIORES
AOS COBRADOS POR
OUTRAS SEGURADORAS
(AINDA PELO FACTO DE
SEREM FEITOS ATRAVÉS
DA ORDEM), MAS
TAMBÉM PORQUE SÃO
COMPENSADOS COM A
REDUÇÃO SUBSTANCIAL
COM OS CUSTOS DAS
VINHETAS.

pagar integralmente os respetivos prémios, não só porque os mesmos são inferiores aos cobrados por outras seguradoras (ainda pelo facto de serem feitos através da Ordem), mas também porque são compensados com a redução substancial com os custos das vinhetas.

Importa definir-se que a ODO é uma Organização essencialmente Profissional.

O Colega Daniel Vasco referiu que, compreendendo as alternativas expostas, lamentava que os Seguros de Grupo e Acidentes Pessoais deixassem de ser participados. Outros Colegas manifestaram a mesma opinião.

O Colega Mário Jorge manifestou a sua concordância com tudo o atrás referido.

A Colega Ivone Vasco admitiu que talvez este não seja o momento para discutir tais soluções, considerando que só um estudo económico poderá concluir da viabilidade financeira ou não da Ordem, até porque poderão vir a verificar-se entradas de novos Associados. De qualquer forma, disse

concordar com a alternativa referida pelo Bastonário. A Colega Ivone Vasco foi convidada a constituir um ou dois grupos de trabalho para analisar as questões por si referidas.

O Colega António Ladeiras referiu ser seu entendimento que a organização associativa dos despachantes oficiais deve continuar, com ou sem Ordem. Disse entender também que talvez este não seja o momento oportuno para discutir as questões que vêm sendo apresentadas.

O Colega Veiga Pires entendeu igualmente não ser este o momento para discutir as questões que vêm sendo abordadas. Talvez devesse ser promovido um diálogo entre todas as partes, alvitrou.

O Colega João Magalhães defendeu juridicamente a posição da ODO.

Entende que posteriormente à decisão final, se deve discutir o rumo a seguir. O Bastonário conclui, defendendo que o “tudo ou nada” será decidido pela Assembleia Representativa.

O Colega Roma Andrade sustentou que o futuro dos Despachantes Oficiais resulta de se “mostrarem” no

setor económico, designadamente como consultores e com uma grande consonância de entendimento entre a ODO e os Despachantes Oficiais. O Colega Cândido Graça referiu que se deve dar um voto de confiança ao Conselho Diretivo.

A ODO não deve suportar os encargos que o Seguro de Grupo (Vida / Saúde / Acidentes Pessoais), mas apenas criar um Seguro Social para os mais necessitados.

O Colega Adelino Pereira lembrou que o CAU entrará completamente em vigor em 2020 e daí deverão avaliar-se as devidas consequências.

Foi ainda abordada a questão da incongruência do atual regime das Contraordenações Aduaneiras, quer quanto às condições da sua aplicabilidade, qualificação, ao valor das coimas e respetivas custas processuais. O Dr. António Corte Real deu várias explicações sobre o tema, tendo-se concluído que se impunha que fosse efetuada uma exposição à AT, no sentido de se eliminarem as incorreções legislativas que atualmente se verificam.

EVENTO

“SEJA QUAL FOR O DESFECHO,
A ORDEM TEM DE SE ADAPTAR
AOS TEMPOS QUE CORREM E
ASSEGURAR QUE TENHA FUTURO”

ENCONTRO INFORMAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

ATIVIDADE INTERNACIONAL

Nesta Rubrica, procuramos dar conta dos termos da participação da Ordem dos Despachantes Oficiais nas várias Organizações Internacionais que integra, por meio da nossa Delegação, que tem vindo a ser constituída pela nossa Colega Alexandra Vargas, e especialmente no que respeita à CLECAT e à CONFIAD.

Importará salientar que, designadamente em relação à CLECAT, tal participação não se esgota na mera presença nas reuniões agendadas.

No intervalo das mesmas, são trocadas informações e solicitações constantes a que se impõe responder, tendo em vista as várias consultas que são efetuadas pela DG TAXUD, em diversas matérias, muito especialmente naquelas que contêm com o nosso setor de atividade. E tudo isto assume especial relevância, face a um Código Aduaneiro da União que, longe de estar concluído, apresenta permanentes alterações que vêm criando confusões e dificuldades aos vários Estados Membros. Com a reserva referida, referem-se abaixo as datas e as agendas das reuniões eventualmente mais significativas.

C L E C A T E U R O P E A N A S S O C I A T I O N F O R F O R W A R D I N G , T R A N S P O R T , L O G I S T I C S A N D C U S T O M S S E R V I C E S

11.01.2017

- AEO

- Eleição dos Vice-Presidentes do CITI

20.03.2017

- Exportador

- Single Window

- Desalfandegamento Centralizado

- Impostos Especiais de Consumo

- Standards de Competência

16.06.2017

Brexit

C O N F I A D P A N E U R O P E A N N E T W O R K

07.07.2017

- Direito de Representação

- Standards de Competência dos Representantes Aduaneiros

17.11.2017

- Artigo 15 do CAU

- Representação Aduaneira

ALFÂNDEGAS



CÓDIGO ADUANEIRO DA UNIÃO - ATUALIDADE

Desde a sua entrada em vigor, em maio de 2016, a alteração ao Código Aduaneiro da União (CAU) é um processo contínuo. Isso é lógico por causa da amplitude do código, das línguas em que ele deve ser traduzido e pelo simples facto de que, uma vez o código implementado na prática, às vezes surgem problemas que não ocorreram em teoria. Atualmente, o ciclo de revisão do ATO DELEGADO (UCC DA) está próximo da sua finalização. Em novembro, a DG TAXUD apresentou a última atualização ao pacote de emendas da UCC DA. A última versão está atualmente em consulta. Espera-se que esta seja a versão final, porque já foi alcançado um acordo entre a DG TAXUD, os Estados Membros e outros serviços da Comissão. As alterações referem-se principalmente a várias mudanças jurídicas, linguísticas ou formais, com pouco ou nenhum impacto na prática. Para além das mudanças linguísticas, de tradução, e legais ou formais, aqui se destacam algumas das mudanças mais importantes:

Definição de exportador (artigo 1.º (19))

Após extensas discussões entre a Comissão, os Estados Membros e o comércio, há vários meses chegou-se a um acordo sobre uma nova definição de exportador. Todas as partes envolvidas concordaram com o texto proposto. Infelizmente, o serviço jurídico da Comissão não concordou com o novo texto devido à falta de clareza. A intenção da DG TAXUD, no entanto, era criar flexibilidade para as partes da cadeia de abastecimento determinarem quem é exportador (desde que estejam estabelecidos na UE, como foi o caso do código aduaneiro anterior). Isto é, por exemplo, para acomodar a representação indireta. Após várias discussões e algumas alterações, foi alcançado um acordo e a proposta atual, que será publicada em breve, deverá ser a versão final.

Prorrogação do prazo para a tomada de uma decisão sobre o reembolso ou a dispensa de pagamento (artigo 97.º)
Nesta nova proposta, é acrescentado um terceiro

parágrafo, que fornece razões adicionais para alargar o prazo para tomar uma decisão sobre o reembolso e a dispensa de pagamento. Em suma, serão adicionadas três situações: um caso similar pendente perante o Tribunal de Justiça (não nacional), a verificação da prova de origem e as consultas sobre a classificação. Uma vez que as três decisões podem ser favoráveis ao operador económico, a alteração também irá beneficiar os operadores económicos e evitar processos judiciais desnecessários.

A CLECAT aprova a alteração, mas ainda considera que os motivos recém-adicionados não devem ser utilizados incorretamente como razões para adiar o reembolso ou a remissão.

Aprovação de um lugar para a apresentação de mercadorias em regime aduaneiro e temporário (artigo 115.º)

Após a deliberação com o serviço jurídico da Comissão, a prorrogação do prazo para a declaração de mercadorias para um regime aduaneiro ou reexportação é prolongada de 24 horas para três dias e seis dias em caso de combinação com a localização de um destinatário autorizado.

O CLECAT congratula-se muito com esta alteração, pois proporciona maior e melhor flexibilidade nos processos de logística.

OMISSÃO DE ALTERAÇÃO NO CAU: REDUÇÃO OU RENÚNCIA DE GARANTIAS POR DÍVIDAS ADUANEIRAS POTENCIAIS

Infelizmente, falta uma alteração muito importante no atual ciclo de revisão do UCC DA. A redução ou a renúncia às garantias de dívidas aduaneiras potenciais é essencial para qualquer ator envolvido no comércio, mas em particular para as PME. As potenciais dívidas aduaneiras só se materializam em situações muito raras de não conformidade. A grande quantidade de garantias relacionadas (facilmente equivalentes a centenas de milhares de euros) parece, portanto, desproporcional,



potencialmente excluindo muitos OE de lidar com assuntos aduaneiros e incorrendo em enormes custos para o resto dos OE.

Por conseguinte, a CLECAT, juntamente com várias grandes associações comerciais, enviou uma carta à Comissão propondo uma solução. Isto foi apoiado por vários Estados Membros.

Em novembro, foi proposto um novo texto, que é acolhido pela CLECAT, porque leva em conta algumas das principais preocupações e fornece uma abordagem mais realista para avaliar e conceder uma redução ou renúncia a uma garantia de potenciais dívidas aduaneiras. No entanto, a oportunidade de alterar o UCC DA neste ponto dentro deste ciclo de revisão foi perdida. Isto poderia significar que qualquer nova alteração só será finalizada ao tempo em que as autoridades aduaneiras já reavaliaram as garantias de acordo com o texto atual, levando a um encargo desnecessário e a um tratamento diferente dos operadores económicos em toda a UE, incluindo distorções de concorrência e transparência. Portanto, a CLECAT e outros organismos representativos do comércio continuam a insistir numa solução rápida.

EXTENSÃO DO PERÍODO TRANSITÓRIO DO CAU PARA OS SISTEMAS DE TI

Um dos principais objetivos do

Código é a mudança para um uso completo dos sistemas eletrónicos para as interações entre operadores económicos e autoridades aduaneiras, e entre as autoridades aduaneiras, e o fim dos procedimentos baseados em papel.

O CAU prevê no artigo 278 que, até que a mudança para um ambiente eletrónico seja concluída, são aplicadas algumas medidas de transição. Essencialmente, esta disposição permite a continuação do uso de sistemas existentes até que os sistemas eletrónicos novos ou atualizados estejam operacionais. Estas disposições transitórias podem ser aplicadas até ao final de 2020, o mais tardar.

2020 sempre foi considerado um prazo ambicioso, dada a complexidade da tarefa envolvida na conclusão de dezasseis sistemas eletrónicos interligados em toda a UE. Ao estabelecer esse prazo, foi antecipado que as regras que complementam e implementam o CAU seriam adotadas logo após a adoção do CAU, em 2013, de modo a que suas disposições pudessem ser levadas em consideração no desenvolvimento dos sistemas de TI. No entanto, como aconteceu, as discussões sobre as disposições de complemento e implementação demoraram mais do que o esperado e os atos foram adotados na sua forma definitiva apenas no final de 2015 / início de

2016. Isso levou a um atraso na produção das especificações técnicas para os sistemas de TI de uma maneira ou de outra, com declarações e notificações.

Desde a adoção do CAU, o trabalho prossegue em ritmo intenso na modulação para os sistemas, mas o trabalho sobre a harmonização de dados em particular tem sido mais desafiador do que o esperado. A harmonização dos dados fornecidos pelos operadores económicos é crucial para a interoperabilidade dos diferentes sistemas eletrónicos do CAU, para uma aplicação harmonizada das normas legais e para a cooperação com outros serviços públicos ativos na fronteira. Harmonizar os dados de acordo com os modelos de dados internacionais também garante melhores vínculos com os sistemas de TI de países terceiros e, assim, facilita o comércio. No entanto, este trabalho envolve muito investimento em termos de tempo e meios financeiros na reprogramação completa dos sistemas eletrónicos existentes.

Portanto, torna-se necessário providenciar uma data posterior (2025, o mais tardar) para a conclusão do trabalho em alguns dos sistemas. Isso garantirá a implementação harmoniosa até 2020 dos outros sistemas o que, por sua vez, facilitará a posterior implementação dos sistemas restantes na sequência apropriada. A metade dos sistemas

ALFÂNDEGAS

para os quais a implementação deve ser atrasada já existe e está sendo atualizada sob o CAU enquanto a outra metade são novos sistemas. O adiamento da data de entrega destes sistemas eletrônicos para além de 2020 entra em conflito com o artigo 278.º do Código Aduaneiro da União, que só permite a utilização de meios para o intercâmbio e o armazenamento de informações que não sejam os sistemas eletrônicos previstos até 2020.

Devido a esta realidade, o prazo previsto no artigo 278 deve ser prorrogado em relação aos sistemas atrasados. Uma vez que os Estados Membros e as empresas necessitam, em média, de dois anos para planearem cada sistema eletrónico, a Comissão deve fornecer segurança jurídica até 2018 sobre a aplicabilidade dos acordos transitórios após 2020 até 2025 (o mais tardar) e propor uma alteração ao CAU.

A CLECAT concorda plenamente com esta alteração, porque fornece um planeamento mais realista e ter bons sistemas, ainda que mais tarde, é sempre melhor do que implementar rapidamente sistemas defeituosos.

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE OS CONTROLOS DA EXPORTAÇÃO DA UE

Abrangendo 2016, o relatório aponta para clarificar os progressos no aperto dos controlos sobre a exportação de produtos sensíveis de "dupla utilização", como tecnologia nuclear, equipamentos químicos ou eletrónicos de alta tecnologia, que podem ser usados para fins civis ou militares. As exportações de tais bens

são controladas de modo a evitar a proliferação de armas perigosas que possam afetar a segurança internacional, ser mal utilizadas para o terrorismo ou causar violações de direitos humanos.

Em 2016, a Comissão apresentou a sua proposta anual de modernização dos controlos das exportações da UE e atualizou a lista da UE de itens de dupla utilização para incorporar modificações acordadas nos regimes multilaterais de controlo das exportações.

O relatório analisa as atividades do Grupo de Coordenação de Dupla Utilização, um órgão composto por funcionários da Comissão e dos Estados Membros. Os desenvolvimentos positivos incluem o desenvolvimento do Grupo de uma infraestrutura de TI a nível da UE para o intercâmbio seguro de informações e a publicação de diretrizes para ajudar os exportadores a aplicar controlos. De acordo com o relatório, em 2015 o valor das exportações controladas de dupla utilização atingiu 44 mil milhões de euros, representando 2,5% do total das exportações extracomunitárias. O relatório faz parte dos esforços da Comissão para aumentar a transparência e melhorar a conformidade das empresas e a capacidade de implementar os controlos estabelecidos na sua comunicação de 2014 e na sua proposta de 2016.

A Comissão enviou, entretanto, o relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho, que estão atualmente a examinar a proposta da Comissão de 2016 de modernizar os controlos das exportações da UE.

BACHARELATO EM MATÉRIA ADUANEIRA E EM CONFORMIDADE COMERCIAL

À medida que as questões aduaneiras se tornaram cada vez mais complexas nos últimos anos, a necessidade de educação superior em questões aduaneiras também aumentou. Para atender a essa necessidade, um novo programa de Bacharelato em Matéria Aduaneira e em Conformidade Comercial começará na educação regular, a partir de fevereiro de 2018, na Holanda. O programa é destinado a profissionais do setor público e privado.

Neste programa, o vínculo entre os processos de logística, regras aduaneiras e conformidade da cadeia de abastecimento é o principal conceito. Os alunos também desenvolverão conhecimentos em modelos organizacionais e de processos para cadeias de fornecimento internacionais, de uma perspectiva de gerenciamento de conformidade e aduaneira.

O Quadro Europeu de Competências para Profissionais da Alfândega constituiu a base para a educação. Um diploma de bacharel era o elo que faltava entre a educação profissional e o mestrado em gestão de alfândega e cadeia de abastecimento, que começou há vários anos.

A criação do programa de bacharel foi uma cooperação entre os aduaneiros holandeses, FENEX / TLN (transitórios holandeses), Evofenedex (carregadores holandeses) e a Fontys University of Applied Sciences e foi financiado por pela iniciativa holandesa de Top sector.

OPINIÃO

JOANA ROCHA RIBEIRO



A UNIÃO EUROPEIA E O COMÉRCIO INTERNACIONAL O ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA UE - JAPÃO

O comércio internacional consiste na troca de bens ou serviços entre diferentes países ou territórios, referindo-se a todas as transações empresariais, sejam elas comerciais ou de investimento, destacando-se como o elemento essencial para o crescimento mundial, contribuindo para a criação de empregos na UE e em todo o mundo.

A União Europeia destaca-se como o maior exportador de bens e serviços e o maior mercado único do mundo, caracterizado pela livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Não descurando o protecionismo, mas sob a égide do liberalismo a nível internacional, a UE desenvolve a sua política comercial através de acordos bilaterais ou multilaterais com uma vasta gama de parceiros em todo o mundo.

Tais acordos são negociados pela Comissão Europeia em nome da UE, com base nas regras da OMC e em estrita colaboração com os governos nacionais e o Parlamento Europeu. Neste contexto, e após cinco anos de negociação, no passado dia 8 de dezembro, em Bruxelas, a Comissão Europeia e o Japão concluíram um acordo de livre comércio, prevendo-se que entre em vigor em 2019, após ser submetido à aprovação dos Estados Membros e do Parlamento Europeu. Denominado de “Acordo de Parceria Económica UE-Japão”, é considerado o mais importante acordo bilateral de comércio livre negociado pela UE. O Japão é um mercado de extrema importância para o setor das exportações agrícolas da UE, revelando-se atualmente como um mercado com diversos obstáculos,

essencialmente, pelos elevados direitos aduaneiros instituídos sobre as importações de produtos alimentares, vinhos e bebidas. No âmbito deste acordo, prevê-se que a maioria dos direitos sobre exportações agrícolas da UE sejam eliminados desde a sua entrada em vigor, permanecendo ainda uma gama de produtos que apenas será sujeita ao aumento de contingentes pautais ou à simples redução dos direitos aduaneiros. Deste modo, a simplificação e facilitação das exportações pretendida no “Acordo de Parceria Económica UE-Japão” deverá tornar os produtos europeus mais apelativos para os consumidores japoneses e constituir uma nova oportunidade de mercado para os agricultores e produtores europeus.

ASSOCIADOS

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA
ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA
ADELINO INFANTE GOUVEIA
ADÉRITO NUNES MONTEIRO
ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE
ADRIANO GOMES PINHAL
ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL
ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES
ALBERTO AUGUSTO DA COSTA
ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO
ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS
ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO
ALFREDO BARBOSA DA FONSECA
ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO
ALFREDO DOS SANTOS MELLA
ALFREDO SOARES FERREIRA
ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE
ALVARO FERNANDES CASTELA
ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS
ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS
AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO
AMÉLIA MARIA DOS SANTOS LADEIRAS BELEZA DE VASCONCELOS
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO
ANDRÉ FILIPE SALVADOR DE SOUSA
ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA
ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO
ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA
ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO
ANTÓNIO BRAGA BARROS
ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL
ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL
ANTÓNIO COELHO BARBOSA
ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA
ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA
ANTONIO FERNANDES
ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU
ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO
ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO
ANTÓNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE
ANTÓNIO GIL TADEU
ANTÓNIO JOAO FLORINDO CADETE
ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO
ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES
ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA
ANTÓNIO JOAQUIM NEVES MATIAS

ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA
ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES
ANTÓNIO JOSÉ BARBOSA MAGALHÃES
ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA
ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO
ANTÓNIO JOSÉ GOMES DA SILVA DUARTE
ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO
ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA
ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS
ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS
ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES
ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO
ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS
ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA
ANTÓNIO MENDES DUARTE
ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO
ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO
ANTÓNIO MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES FERNANDES
ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS
ANTONIO MORGADO MACEDO
ANTÓNIO NEVES PINTO
ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE
ANTÓNIO DA ROCHA TEIXEIRA
ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES
ANTONIO ROSA DOS SANTOS
ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA
ANTÓNIO DA SILVA PRATES
ANTÓNIO SIMÕES GODINHO
ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA
ANTONIO DA VEIGA FREIRE
ARLINDO ANTONIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
ARLINDO NUNES CASTELÃO
ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA
ARMÉNIO OLIVEIRA MARTINS DAS NEVES
ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA
ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA
ARMINDO CORREIA LEITE
ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA
ARTUR MARQUES RODRIGUES
ATILIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA
AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA
AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO
AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA
BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA
BELARMINO FERNANDES JOAQUIM
BENJAMIM VALENTE
BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS

BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH
 BERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA
 CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA
 CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA
 CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS
 CARLOS ALBERTO DA COSTA MARQUES
 CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO
 CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS
 CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA
 CARLOS ALBERTO MIRANDA MONTEIRO
 CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES
 CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS
 CARLOS ANTÔNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO
 CARLOS CIPRIANO DA COSTA
 CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA
 CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES
 CARLOS LUIS PEREIRA
 CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA
 CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES
 CARLOS MANUEL DAMAS PELADO
 CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS
 CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS
 CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO
 CARLOS MANUEL ROSA CARDOSO DIAS
 CARLOS PEREIRA DA SILVA
 CARLOS ROBERTO DE VILHENA DE OLIVEIRA DE ANDRADE
 BOTELHO
 CELESTINO PEDRO RAMOS
 CESÁRIO GUILHERME FERREIRA
 CLÁUDIA SOFIA OLIVEIRA MARQUES
 CLÁUDIA SOFIA SILVA NÓIA
 DANIEL COSTA RODRIGUES
 DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO
 DANIEL DA SILVA BASTOS
 DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO
 DELFIM LEITE DA COSTA OLIVEIRA
 DELFIM MANUEL DA COSTA OLIVEIRA
 DIOGO ALBERTO CASAS FERNANDES MAGALHÃES
 DOMINGOS ANTÔNIO NEVES PINTO
 DOMINGOS MONTEIRO XAVIER
 DUARTE VELADA ROSADO
 EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS
 EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO
 EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
 EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
 EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA
 EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO

EDUARDO DA SILVA RANGEL
 ELEUTERIO DA CRUZ SERRANO
 EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA
 EMILIO MANUEL DA SILVA CORRÊA
 EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES
 FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA
 FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES
 FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
 FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES
 FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA
 FERNANDO ANTÔNIO AMARO DOS SANTOS
 FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA
 FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES
 FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO
 FERNANDO CARLOS DOMINGUES DA CERVEIRA PINTO
 FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 FERNANDO DIAS MOREIRA
 FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA
 FERNANDO DA ENCARNÇÃO CARRILHO
 FERNANDO EUGENIO DE ABREU
 FERNANDO GONÇALVES DIAS
 FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA PINTO
 FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO
 FERNANDO LOPES ROSA
 FERNANDO MANUEL DO CARMO
 FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA
 FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO
 FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA
 FERNANDO MANUEL SILVA CERQUEIRA
 FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO
 FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS CLAUDINO
 FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES
 FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
 FERNANDO DO REGO DE AMORIM
 FERNANDO SÉRGIO SILVA REIS CARMO
 FERNANDO VENTURA LAGE
 FILIPA ALEXANDRA CHAVES DIAS
 FRANCISCO ANTÔNIO VAZ RATO VIDINHA
 FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
 FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS
 FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA TAVARES DE SENA
 GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO
 GRAÇA MARIA NASCIMENTO VILHENA
 GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO
 GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA
 HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO

ASSOCIADOS

HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA
HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA
HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO
HERCULANO JOSÉ POMBINHO
HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO
HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO
HILÁRIO RODRIGUES PACHECO
HUMBERTO FERNANDO VALADAS PIRES MORÃO
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
ÍLIA DE FIGUEIREDO GOMES
IVO CANDEIAS ANICETO
IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA BRANCO VASCO
JAIME ANTÓNIO CAMACHO FERREIRA DE CARVALHO
JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA
JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES
JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA
JOAO ANTONIO DE SOUSA
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA
JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA
JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA
JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES
JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES
JOÃO DIOGO BORGES FERNANDES LOPES
JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA
JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES
JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO
JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA
JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA
JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS
JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA
JOAO LUCIO DA COSTA LOPES
JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA
JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES
JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM
JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU
JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER
JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO
JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES
JOAO MANUEL PIRES
JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO
JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA
JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS
JOAO MENDONÇA CORREIA
JOÃO PEDRO LOBO DA SILVA

JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA
JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA
JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO
JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA
JOAQUIM ANTÓNIO NUNES REBORDÃO
JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO
JOAQUIM JOSÉ PEREIRA GUIMARÃES DA COSTA
JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ
JOAQUIM MARIA DA COSTA
JOAQUIM MARQUES
JOAQUIM MIGUEL ALMEIDA COSTA
JOEL PENEDO MARQUES DUARTE
JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA
JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO
JORGE LEAL REBELO VIEIRA
JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA
JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA
JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO
JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO
JORGE MARTINS DIONISIO
JORGE MOREIRA RAPOSO
JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO
JORGE DOS SANTOS FERREIRA
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE
JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA
JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO
JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIVINHO
JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS
JOSÉ ANTÓNIO SOARES ARRUDA
JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES
JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA
JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO
JOSE BARROS DA ROCHA
JOSE CARLOS CARRILHO PINTO
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA LEITÃO
JOSÉ CARLOS PÁSSARO PINTO CRAVO
JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE
JOSE EDUARDO LEAL MOITA
JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS
JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES
JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA
JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS
JOSE DA FONTE E CASTRO
JOSÉ GATO DOS SANTOS
JOSE HENRIQUES DOS SANTOS
JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR

JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA
 JOSE JOAO BRAS MATIAS
 JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE
 JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA
 JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA
 JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS
 JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS
 JOSE MACHADO DA SILVA
 JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES
 JOSE MANUEL DINIZ MARIA
 JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA
 JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO
 JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO
 JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS
 JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO
 JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS
 JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS
 JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO
 JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO
 JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS
 JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO
 JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO
 JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA
 JOSE RAMOS MARTINS
 JOSE RIBEIRO ALVES
 JOSE DA ROCHA MONTEIRO
 JOSÉ SANTOS FERREIRA
 JOSÉ DA SILVA DEVEZAS
 JOSÉ DA SILVA NUNES
 JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA
 JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA
 JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA
 LOURENÇO MANUEL VIEIRA DIAS
 LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS
 LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA
 LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO
 LUÍS ANTÓNIO DA SILVA PINTO COELHO
 LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA
 LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA
 LUIS AUGUSTO DUARTE
 LUIS DE DEUS
 LUÍS DUARTE DOS SANTOS RAFAEL NUNES
 LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES
 LUÍS FÍLPE ROCHA RODRIGUES
 LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES
 LUÍS JORGE XAVIER RIJO
 LUIS MANUEL JESUS DA COSTA

LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS
 LUÍS MATEUS CANHOTO ANDRADE
 LUIS ORNELAS GLÓRIA
 LUÍS PEDRO DOS SANTOS LADEIRAS
 LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA
 MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL
 MANUEL ALVES SIMOES
 MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS
 MANUEL ANTONIO LADEIRAS
 MANUEL ANTUNES DO AMARAL
 MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO
 MANUEL FELISBERTO DA ENCARNÇÃO
 MANUEL FERNANDES TAVARES
 MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO
 MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
 MANUEL FERNANDO LOPES
 MANUEL FERNANDO PEREIRA
 MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO
 MANUEL FERNANDO DA SILVA ALMEIDA
 MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE
 MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA
 MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA
 MANUEL LIMA MONTEIRO
 MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA
 MANUEL MARQUES DE SOUSA
 MANUEL MOREIRA PINTO
 MANUEL OLIMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS
 MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES
 MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA
 MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
 MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA
 MARIA ALEXANDRA DOS SANTOS TROVISCO AIRES VARGAS
 MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO
 MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA CARACOL
 MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
 MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA
 MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA
 MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES
 MARIO NUNES MENDES
 MARIO DE SOUSA GONÇALVES
 MÁRIO VILHENA DE CARVALHO BEIRÃO VIEIRA
 MIGUEL JOSÉ DE AMORIM MACHADO
 NORBERTO DIAS DOS SANTOS
 NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA
 NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES
 NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
 NUNO MIGUEL RAMOS PEIXOTO

ASSOCIADOS

ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES
ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
ÓSCAR CARNEIRO JALES
PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA LOPES SANTOS VICENTE
PAULO JORGE DUARTE CORREIA
PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
PAULO JORGE MENDES PIRES
PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
PEDRO ANTÓNIO MONTEIRO DA FONSECA
PEDRO AUGUSTO ANTUNES SILVA
PEDRO GIL FERREIRA LIMA
PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAS AMARAL
RAQUEL SOFIA DE JESUS MONTEIRO CARVALHO DA SILVA
RAUL MANUEL RAPOSO DE ALMEIDA
REINALDO LUCAS DE CARVALHO
RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS PEIXOTO GUIMARAES
RICARDO JOSÉ NEVES DA SILVA
RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO
RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA
RUI HELDER DA COSTA SANTOS
RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
RUI MENDES FERREIRA
RUI MIGUEL NUNES LOPES
RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
RUI PEDRO SIMÕES DE CARVALHO
RUI SOARES FERNANDES
SALVADOR MARTINS FERREIRA
SANDRA ISABEL FERREIRA LOPES
SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE QUEIRÓS
SÉRGIO ALEXANDRE FERNANDES BORGES
SÉRGIO LUÍS BIANCHI TEDIM BELCHIOR GOUVEIA
SÓNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEIREIRO LATAS
TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
TERESA DIAS VIDINHA
VALDEMAR LUIS DA COSTA
VALTER ANDRÉ PINHAL DA CUNHA
VASCO DE ALMEIDA
VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
VITOR MANUEL DA SILVA FERREIRA

ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

NOVOS DESPACHANTES

CLÁUDIA SOFIA SILVA NÓIA
LOURENÇO MANUEL VIEIRA DIAS
JOÃO PEDRO LOBO DA SILVA

CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

JACINTO CABRAL TRAVASSOS

SUSPENSÃO VOLUNTÁRIA DE ATIVIDADE

CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES
JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA
JORGE MANUEL PROENÇA SEIXAS
JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO

DESPACHANTES FALECIDOS

ANTÓNIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES
N. 17.03.1947
F. 03.06.2017

ALBERTO JOSÉ VIEIRA
N. 21.09.1924
F. 00.00.2016

RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO
N. 12.08.1939
F. 16.03.2017

ANTÓNIO DIOGO CAVACO
N. 18.06.1923
F. 31.01.2017

ANTÓNIO PEREIRA LOPES
N. 04.01.1945
F. 16.03.2017

JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA
N. 29.06.1950
F. 15.03.2017

REFLETINDO

FERNANDO CARMO
BASTONÁRIO ODO



“HORIZONTE: UMA LINHA INDEFINIDA NUM ESPAÇO QUE SE INVENTA...”

Tenho por hábito, nesta habitual pequena nota de encerramento, sugerir algo que possa incentivar os destinatários deste Boletim a pensar sobre como devemos projetar o futuro, do ponto de vista pessoal ou profissional.

Confesso que atualmente me tem preocupado muito o contexto profissional em que se movimenta a nossa Classe profissional; a indefinição governamental sobre esta matéria é altamente comprometedora, sendo certo que nem está em causa a decisão, seja ela qual for, mas sim a falta dela.

Ao contrário do que se passa em diversos países do mundo, onde se buscam soluções que tragam confiança técnica, competência e idoneidade profissional ao mercado e aos operadores, em Portugal parece haver quem prefira a anarquia e o caos, talvez porque por essa via se façam valorizar vaidades pessoais de quem se julga poderoso.

Aliás, como já dizia o Senhor Doutor Jorge Sampaio (ex-Presidente da República de Portugal), “muitos dos males deste país advêm do exercício dos pequenos poderes por aqueles que se sentem potencialmente poderosos”.

Perante este introito, qual é realmente o nosso horizonte?

Muito indefinido está, de facto, o nosso horizonte se não formos capazes de inventar o nosso espaço.

E temos todas as condições, TODAS, para inventar um espaço que só nós Despachantes Oficiais temos capacidade e competência para inventar. Mas temos de mudar de atitude!

Cada um de nós carece de refletir seriamente se devemos continuar a suprir as insuficiências dos que nos rodeiam e com quem trabalhamos.

Por exemplo, deveremos continuar a esconder do mundo as inúmeras deficiências dos sistemas informáticos da AT?

Devemos continuar a pactuar com arrogâncias e prepotências de quem faz dessas atitudes a sua forma de se afirmar?

Devemos continuar a ser passivos e subservientes, em nome dos interesses dos nossos clientes, em vez de denunciarmos aos ventos os incumprimentos legais graves cometidos pela administração aduaneira no seu dia-a-dia?

Devemos continuar a esconder, ou, pior do que isso, a ser cúmplices dos sistemas e métodos de controlo físicos e documentais realizados diariamente em locais e por meios quase terceiro-mundistas?

Ou será que devemos, bem ao contrário, pugnar pela eficácia dos controlos, feitos com eficiência, em menor número, mas com eficácia?

Este será bem o nosso espaço se formos capazes de refletir sobre ele e quisermos uma profissão renovada, digna, útil, reconhecida com personalidade e excelência.

Como se vê, o horizonte define-se e o espaço inventa-se, mas temos de ser nós próprios a fazê-lo sem esperar nada de ninguém.

A dignidade profissional conquista-se e isso pode ocorrer em qualquer ambiente, seja ele público ou privado, desde que comecemos por querer seriamente definir o nosso horizonte num espaço que é nosso, por direito, mas que não devemos deixar invadir seja por quem for!

Eis o desafio!

A FECHAR

A G R A D E C I M E N T O S

A todos quantos colaboraram e tornaram possível este Boletim, recolhendo informação, redigindo textos e promovendo anúncios, os nossos sinceros agradecimentos.

F I C H A T É C N I C A



**ORDEM DOS
DESPACHANTES
OFICIAIS**

Propriedade e Edição:

ODO - Ordem dos Despachantes Oficiais
Rua D. Luís I, 5, 5.º
1249-286 Lisboa
t | +351 213 931 320
f | +351 213 931 329
www.odo.pt

Diretor

Dr. Fernando Carmo

Coordenação

RISCOS - Sociedade Editora, Unipessoal, Lda.
Apartado 30
4585-592 Recarei
t | +351 224 339 160
riscos.editora@mail.teleac.pt

Depósito Legal: 237 225/06

Tiragem: 1000 exemplares



AO SEU LADO EM TODO O LADO

www.cosec.pt



DAMOS GARANTIA AO SEU NEGÓCIO

MELHORES CERTEZAS PARA O SEU PROJETO

A sua empresa necessita de apresentar garantia de bom cumprimento de obrigações legais, contratuais ou financeiras?

Tem atividade de importação e exportação?

Conheça as soluções de **SEGURO CAUÇÃO** que temos disponíveis para si.

VANTAGENS

Rapidez na decisão de plafonds e propostas de seguros.

Maior capacidade financeira dos Clientes pela diversificação das entidades garantes e pela libertação de plafonds nos bancos.

Aceitação generalizada em resultado da nossa solidez financeira e credibilidade no mercado.

48h



IFCBA

International Federation of Customs Brokers Associations

